

PLANO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

**Salto do Itararé – Paraná
VIGÊNCIA 2025 – 2029**

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (PMDPI), aprovado pelo Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Salto do Itararé (CMDPI- SI), na Reunião Plenária de , é a concretização do esforço conjunto entre as Secretarias Municipais, CMDI-QB, órgãos públicos e representações da sociedade civil, para a viabilização e efetivação da política de garantias dos direitos das pessoas idosas de Salto do Itararé.

Embora a lei nº fundamente a política municipal do idoso, há uma carência no planejamento e direcionamento das ações a serem executadas. Compreendendo que o atendimento à pessoa idosa ocorre nas diversas políticas sociais, esse Plano pretende garantir os direitos previstos nas legislações pertinentes.

Portanto a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), Saúde (SMS), Educação (SME), e CMDPI - SI, foram convidadas a contribuir no processo de elaboração do presente Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Para contextualizar a política pública da pessoa idosa no município, esse instrumento conta com o marco situacional, o marco referencial/legal e o plano de ação por política pública, devendo ser implantando, monitorado e avaliado nos próximos 4 (quatro) anos.

I - INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa foi um processo coletivo elaborado através de encontros com a rede de atendimento à pessoa idosa.

O Plano apresenta ações, metas, indicadores de monitoramento e prazos de execução para cada órgão/instituição de atuação. Além disso, os órgãos representados possuem a responsabilidade de acompanhar a implementação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, através do monitoramento e avaliação.

Na sequência foram levantados dados de fontes municipais, solicitados aos diversos setores que compõem a rede de proteção e atendimento ao idoso. Após a organização dos dados foi possível obter o diagnóstico da situação da população idosa no município, bem como, a forma como os programas, serviços e projetos estão sendo ofertados no atendimento desse público. Os serviços da rede de atendimento especificados e a análise das demandas apresentadas foram de extrema importância para que se pudesse planejar ações que realmente possam garantir os direitos do(a) idoso(a) do município.

A elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa também tem como objetivo servir como articulador das várias políticas de atendimento à população idosa de forma intersetorial.

A meta para alcançar esses objetivos é de 04(quatro) anos, ou seja, no período de 2025 a 2029, sendo necessário que os responsáveis pelas ações se articulem e se mobilizem para que a execução das mesmas se torne possível, do ponto de vista orçamentário, técnico e político.

1. MARCO SITUACIONAL

Neste capítulo será apresentado um diagnóstico da realidade dos(as) idosos(as) residentes atualmente no município de Ipiranga, observando sua inserção e acompanhamento pela rede municipal de atendimento, considerando informações de diversas áreas, como Saúde, Educação, Assistência Social, entre outras. Para isso teve-se por base as orientações do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

Para a realização do diagnóstico, contamos com a participação de representantes de cada secretaria municipal, conselhos de direitos e demais responsáveis pela oferta de serviços que garantam a observação dos da pessoa idosa, considerando sua condição peculiar. Além disso, utilizamos como material de consulta as bases de dados municipais, bem como o material disponibilizado pelo Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

1.1. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

Os mineiros foram os primeiros a chegarem na região onde hoje encontra-se o município de Salto do Itararé. No início, as terras eram ocupadas pelos índios Guaranis e o local onde se encontra a sede era conhecida como "Balsa dos Índios". As terras eram pertencentes ao município de São José da Boa Vista. Contam que o primeiro proprietário das terras da região foi o português Narciso Marinho que, aos poucos, foi dividindo suas terras com os mineiros. A sede do povoado teve origem na Fazenda Salto do Itararé, onde foram doados 28 alqueires de terras a Santo Antônio de Pádua, em nome da Mitra Diocesana de Jacarezinho, com a finalidade de que com a venda das terras, construísse uma Igreja em homenagem ao Santo. Em 1901, através da Lei nº8, de 24 de janeiro do referido ano, criou-se o distrito judiciário de Santo Antônio dos Índios que, mais tarde, teve a denominação mudada para Salto do Itararé e pertencendo ao município de Siqueira Campos.

Pela Lei nº 4245, de 25 julho de 1960, o distrito foi elevado à categoria de município, mantendo-se o nome de Salto do Itararé, em alusão à queda d'água no Rio Itararé.

O município de Salto do Itararé está localizado na região Norte do Estado. Conta com uma área de 200,517 km². Localiza-se na Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná, na Microrregião de Wenceslau Braz e pertence à Associação dos Municípios do Norte Pioneiro - Amunorpi, a uma latitude 23°36'06" sul e a uma longitude 49°37'33" oeste, estando a uma altitude de 502 metros.

Os municípios limítrofes são: Santana do Itararé, Siqueira Campos, Carlópolis, Barão de Antonina – SP.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 a população total era de 5.178 habitantes, sendo 2614 do sexo masculino e 2564 do sexo feminino. Sendo deste total, 3723 pessoas residem na zona urbana do município e 1455 na zona rural distribuídos em diversos núcleos populacionais com predominância das mini e pequenas propriedades rurais onde é desenvolvida a agricultura familiar.

1.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social ao qual é concebida como direito do cidadão e dever do Estado, tornou-se política pública a partir da Constituição Federal de 1988 e em 1993 é regulamentada através da LOAS – Lei Orgânica da Assistência pela Lei nº 8.742/93 que estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, com comando único em cada esfera de governo. Prevê ainda a participação da sociedade civil na condução dessa política através dos conselhos e das conferências.

A partir da Constituição Federal de 1988 a Assistência Social passa a direcionar as ações à população de maior vulnerabilidade social, deixando o campo do voluntariado, ajuda e benemerência e passa a operar sobre a estrutura de uma Política Pública de Estado. Aquilo que era um mero favor agora passa a vigorar como direito.

Na sequência, em 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social, a qual apresenta um novo formato de gestão e de desenvolvimento das ações socioassistenciais concebidas como Proteção Social às famílias em situação de vulnerabilidade social e risco social. Essa Política vem com objetivo de atuar na prevenção, no desenvolvimento das potencialidades, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Desse modo, tem na família a centralidade de suas ações devendo garantir a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia), segurança de acolhida e a de convivência familiar.

O SUAS – Sistema Único de Assistência Social estabelece dois tipos de prevenção: básica e especial, vem ser o modelo de gestão de Assistência Social que reorganiza e regula em todo território nacional os serviços, programas e projetos e benefícios e institui o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social um equipamento estatal que passa a ser referência local de Assistência Social, por isso é

instituído em locais estratégicos de maior grau de vulnerabilidade e tem como principal programa o PAIF – Programa de Atenção Integral à Família. Desta forma, a proteção social básica através do CRAS tem por objetivo prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A Política Nacional de Assistência Social se divide em duas, de acordo com a complexidade das situações, sendo estas subdivisões: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

1.2.1. Proteção Social Básica

A proteção Social Básica desenvolve ações no sentido de prevenir situações de risco pessoal e social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Os serviços de Proteção Social Básica, são executados de forma direta nos CRAS.

O município de Salto do Itararé dispõe atualmente de um CRAS. Enquadrado na PNAS enquanto município de Pequeno Porte I, a equipe técnica de referência da Proteção Social Básica é composta por dois técnicos de nível superior, sendo um assistente social e um psicólogo, e dois técnicos de nível médio, sendo um técnico administrativo e um operador do CadÚnico.

. O atendimento disponibilizado a essas famílias é realizado através de atendimento individual, visitas domiciliares, entrevistas sociais, participação em atividades em grupo, entre outras.

Dentro dos serviços de Proteção Social Básica ainda são disponibilizadas no município os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos vinculados ao CRAS, sendo eles:

- **Programa Família Paranaense:** destina-se à proteção e promoção das famílias que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social no Estado do Paraná, integrando ações das áreas de assistência social, habitação, agricultura e abastecimento, trabalho, saúde, educação, esporte e lazer, segurança alimentar e nutricional, entre outras.
- **Grupo Convivência:** trata-se de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos, que existe há aproximadamente 06 anos no

município. Atualmente encontram-se frequentando as atividades do grupo 75 idosos, acontecem duas vezes por semanas os encontros, com atividades físicas e roda de conversa com a equipe técnica do CRAS.

1.3 SAÚDE

O Estatuto do Idoso, nos termos de seu artigo 15º prevê que:

“É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.”

Cumpre enfatizar que, como condição indispensável para a manutenção da vida e da saúde e, por conseguinte, para a fruição dos demais direitos fundamentais, está a alimentação. A Lei nº 11.346/2006 criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), prevendo expressamente que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano. A fim de garantir a efetivação desse direito, a lei determina.

1.4 EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

O Estatuto do Idoso, nos termos de seu artigo 20 prevê que:

O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Percebemos que no município existem poucas atividades destinadas a esse público, no entanto, nas atividades desenvolvidas a participação é frequente.

2. JUSTIFICATIVA

Atualmente percebemos que a temática sobre o idoso tem sido motivo de crescentes discussões, as melhorias nas condições de vida pelas quais o país passou nas últimas décadas, ampliou a expectativa de vida, e consequentemente a população idosa de nosso país.

Diante dessa realidade, precisamos entender do ponto de vista das políticas públicas que tipos de desafios teremos que enfrentar para que, a partir de então, possamos nos preparar para cuidar de nossos idosos, promovendo aos mesmos qualidade de vida.

Partindo desse pressuposto, o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ipiranga se configura como um instrumento a ser utilizado para firmar compromissos, parcerias, investimentos financeiros que não se esgotam em uma gestão de governo, pois devem estar sendo aprimorados com o intuito de promover estratégias planejadas e eficazes para estabelecer em nosso município uma política pública que atenda às reais necessidades da população idosa.

3. MARCO SITUCIONAL E LEGAL

Seguindo a tendência das transformações sociais das últimas décadas, que apontam para a melhoria da condição de vida, os dados sobre o envelhecimento no Brasil indicam uma crescente taxa dessa faixa populacional: enquanto que em 2010 a população idosa representava 10% da totalidade da população brasileira, em 2050 a perspectiva projetada será de 30% da população total. Esse dado, associado com a queda da taxa da natalidade e fecundidade brasileira nas próximas décadas, apresenta um panorama de uma nação comportando mais idosos que crianças menores de 15 anos, e com isso novos desafios surgirão em resposta às expectativas de uma sociedade ciente do seu processo de envelhecimento.

Ao comparar dados como: taxa de crescimento demográfico, taxa (bruta) de natalidade, evolução dos grupos etários e expectativa de vida ao nascer; na perspectiva nacional e do Estado do Paraná, os valores percentuais observados são semelhantes, com exceção ao índice de envelhecimento, no qual o Paraná se destaca com um índice expressivamente maior (91,33) em 2030, se comparado à média brasileira (76,39) do mesmo período. Traduzindo em palavras, o estado paranaense será um dos territórios com significativa concentração de idosos, em relação a outros estados brasileiros.

As estimativas brasileiras fazem uma previsão de que até 2025 o Brasil será o sexto país do mundo com maior número de pessoas idosas, segundo a Organização

Mundial da Saúde (OMS). Esse crescimento acelerado, vem fazendo com que questões sobre envelhecimento sejam cada vez mais estudadas e pesquisadas.

Conforme dados do IBGE, as estimativas para os próximos vinte anos indicam que a população idosa poderá exceder 30 milhões de pessoas ao final deste período, chegando a representar quase 13% da população.

O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação de todos, principalmente o agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através da política, com viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações; aspectos biopsicossociais do envelhecimento; acompanhar o reordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, as modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento do idoso.

Motivados em promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas idosas, garantindo ainda a existência de projetos, serviços e programas que busquem atender adequadamente ao envelhecimento digno e saudável dos idosos do nosso município, apresentamos o Plano Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, que guiará a oferta do atendimento a essa população.

3.1. Princípios e pressupostos legais

A história retrata que no Brasil, o debate que se estabeleceu na sociedade foi fundamental para o entendimento que seria necessário uma legislação específica em relação aos idosos para garantir a dignidade e os direitos para essa população. Percebemos que, um longo caminho de lutas e avanços foi percorrido possibilitando maior reflexão e definição de responsabilidades com relação a situação dos idosos no país.

O primeiro marco de conquistas relacionadas aos direitos das pessoas idosas ocorreu em 10 de dezembro de 1948, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse documento, afirma-se que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, que não deve haver distinção de raça, cor, língua, religião, política, riqueza ou de qualquer outra natureza, e prescreve, no artigo 25, os chamados direitos dos idosos: “Toda

pessoa tem direitos a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstância fora de seu controle”.

No Brasil a Constituição Federal de 1988, lei fundamental e suprema do Estado, declara todos os direitos e deveres dos cidadãos, independentemente da idade. Vale ressaltar que o legislador constituinte inovou ao estabelecer direitos à pessoa idosa, até não previstos em outro texto constitucional.

Alguns artigos da Constituição referentes à idade merecem destaque:

- ❑ Artigo 3º, inciso IV – Dispõe que o objetivo fundamental do Estado é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.
- ❑ Artigo 7º, inciso XXX – Proíbe “diferença de salários, de exercícios de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.
- ❑ Artigo 14, parágrafo 1º, inciso II, alínea “b” – Faculta o direito de votar aos maiores de 70 anos.
- ❑ Artigo 201 – Salaria que a Previdência Social atenderá, entre outros eventos, a cobertura de doenças, invalidez, morte e idade avançada (inciso I). Estabelece, ainda, o tempo de contribuição para homens, mulheres e trabalhadores rurais (parágrafo 7º).
- ❑ Artigo 203 – Afirma que a Assistência será prestada a quem dela precisar, independentemente de contribuição à seguridade social, e relaciona, entre seus objetivos, “proteção a família, à maternidade, à infância e à velhice” (inciso I). Assegura, também, “um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”.
- ❑ Artigo 229 – Determina que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar seus filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.
- ❑ Artigo 230 – Dispõe que “a família, a sociedade e o Estado, têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. Estabelece que “os programas de amparo aos idosos serão executados

preferencialmente em seus lares” (paragrafo 1º) e garante a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos (paragrafo 2º).

Após a promulgação da Constituição de 1988, outras leis surgiram amparado a pessoa idosa, entre elas citam-se: o Código de Defesa do Consumidor (1990), o Estatuto do Ministério Público da União (1993), a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), A política Nacional do Idoso (1994), o Estatuto do Idoso (2003) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006). No âmbito do Estado do Paraná, foi aprovada a Política Estadual do Idoso (1997).

Através da Constituição de 1988, o Brasil estabelece por meios legais para que o idoso receba tratamento devido, obrigando Estado e sociedade à tratá-los com respeito e dignidade como de qualquer cidadão, observando sua peculiar condição. Ainda que de forma generalizada o idoso seja contemplado pela Constituição de 1988, o texto destaca alguns pontos que indicam a necessidade de se pensar na condição da pessoa idosa. São eles:

Artigo 3º, inciso IV – Dispõe que o objetivo fundamental do estado é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Artigo 7º, inciso XXX – Proíbe “diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

Artigo 14, parágrafo 1º, inciso II, alínea b – faculta o direito de votar aos maiores de 70 anos.

Artigo 201 – Saliente que a Previdência Social atenderá, entre outros eventos a cobertura de doenças, invalidez, morte e idade avançada (inciso I). Estabelece ainda, o tempo de contribuição para homens, mulheres e trabalhadores rurais (paragrafo7º).

Artigo 203 – Afirma que a “Assistência Social será prestada a quem dela precisar, independentemente de contribuição à seguridade social”, e relaciona, entre seus objetivos, “a proteção, a família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice” (inciso I). Assegura também “um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”.

Artigo 229 – Determina que “os pais tem o dever de assistir, criar e educar seus filhos menores, e os filhos maiores tem o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

Artigo 230 – Dispõe que “a família, a sociedade e o Estado, tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantido-lhes direito à vida”. Estabelece que “os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares” (parágrafo 1º) e garante a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos (parágrafo 2º).

Temos ainda em nível nacional as seguintes leis:

Política Nacional do Idoso - Lei nº 8.842 de 04/01/1994 - assegura os direitos sociais e o amparo legal ao idoso e estabelece as condições para promover sua integração, autonomia e participação efetiva na sociedade.

O Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 de 01/10/2003 – reforça e amplia a todas as pessoas a partir de 60 anos de idade, os direitos já assegurados nas leis anteriores, estabelecendo também deveres e medidas de punição.

Em nível estadual podemos citar:

Política Estadual do Idoso – Lei nº 11.863 de 23/10/1997 – mantém a mesma redação da Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Estadual do Idoso – CEDI.

Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa- PR (2015/2018) – traduz a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa através de ações organizadas por direitos prioritários.

No ano de 2017 o município de Salto do Itararé criou o Conselho Municipal do Idoso, sob a Lei municipal 352/2017, que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e o Fundo Municipal da Pessoa Idosa. Com isso a gestão municipal garantiu seu compromisso em participar da implantação, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal do Idoso.

Em seu artigo 2º descreve as competências do Conselho Municipal de Direitos do Idoso:

I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução;

II – elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos dos idosos;

III – indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV – cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º/10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03. VI – propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VII – inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

VIII – estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso; IX – apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;

X – Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso; XII – elaborar o seu regimento interno;

XIII – outras ações visando à proteção do Direito do Idoso. Parágrafo único – Aos membros do Conselho Municipal de Direito do Idoso será facilitado o acesso a

todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

4. QUADRO DE AÇÕES

4.1 ASSISTENCIA SOCIAL

OBJETIVO	AÇÃO	META	PRAZO DE EXECUÇÃO	MONITORAMENTO	RESPONSÁVEL	FONTE DE RECURSO
Divulgar Informações sobre os direitos da pessoa idosa e sobre Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios socioassistenciais, por meio de rádio, cartilhas, panfletos, e outros.	Elaborar material gráfico (folder) sobre o BPC e demais benefícios socioassistenciais.	Distribuir material gráfico para 100% dos equipamentos e entidade que atendam pessoas idosas do município.	2025-2029	Quantidade de entregas de material.	Secretaria Municipal de Assistência Social Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Piso Básico Fixo Incentivo Família Paranaense
	Divulgar o Estatuto do Idoso para o conhecimento e para a conquista de direitos.					
Oferecer serviço de convivência e fortalecimento de vínculo complementar ao trabalho social com as famílias,	Ampliar o numero de idosos atendidos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Ampliar o atendimento e a qualidade dos mesmos.	2025-2029	Busca Ativa Frequência dos idosos Número de participantes	Secretaria Municipal de Assistência Social	Piso Básico Fixo Incentivo Família Paranaense
		Realizar eventos para a terceira				

a fim de contribuir com um processo de envelhecimento saudável e com a prevenção de situações de risco	Ampliar as atividades direcionadas a pessoa idosa, de acordo com a demanda que os mesmos apresenta.	idade, Oferecer oficinas de acordo com o interesse dos mesmos.				
Prevenir graves que possam desencadear em rompimento de vínculos / prevenir o isolamento e o acolhimento institucional	Realizar eventos	Cadastramento de idosos no Cad único e referencialmente pelo CRAS.	2025-2029	Cadastro; Busca Ativa	Secretaria Municipal de Assistência Social	Piso Básico Fixo Incentivo Família Paranaense
Desenvolver atividades em comemoração ao Dia nacional do Idoso.	Realizar programações em parceria com outras secretarias municipais promovendo espaços de reflexão sobre os direitos do idoso, integração, convivência e promoção social.	Definir uma data comemorativa anual e ações para os idosos do município.	2025-2029	Número de participantes.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Piso Básico Fixo Incentivo Família Paranaense
Oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e	Ampliar as atividades direcionadas a pessoa idosa, de	Realizar eventos para a terceira idade, Oferecer	2025-2029	Busca Ativa Frequência dos idosos	Secretaria Municipal de Assistência Social	Piso Básico Fixo

potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo a participação cidadã	acordo com a demanda que os mesmos apresenta.	oficinas de acordo com o interesse dos mesmos.		Número de participantes		Incentivo Família Paranaense
Garantir o acesso as informações, culturais, socioassistenciais, benefícios e outros direitos das pessoas idosas	Confeccionar material informativo para planfets, cartilhas e utilização de outros meios de comunicação acessível a comunidade	Divulgar informações sobre os serviços, benefícios e direitos para a Pessoa idosa, profissionais e outros.	2025-2029	Relatório de elaboração do material informativo. Cronograma de divulgação. Relatório de divulgação. Número de participantes.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Piso Básico Fixo Incentivo Família Paranaense

--	--	--	--	--	--	--

4.2 SAÚDE

OBJETIVO	AÇÃO	META	PRAZO DE EXECUÇÃO	MONITORAMENTO	RESPONSÁVEL	FONTE DE RECURSO
----------	------	------	-------------------	---------------	-------------	------------------

Sensibilização dos profissionais que atuam na assistência para o atendimento humanizado à pessoa idosa.	Incluir nas capacitações da equipe de atenção à saúde temas relacionado ao bom atendimento à pessoa idosa.	Capacitar 90% dos profissionais	2025-2029	Percentual de profissionais capacitados.	Coordenação de enfermagem.	Secretaria Municipal de Saúde.
Realizar atendimento social da demanda espontânea e acompanhamento social	Escuta qualificada aos idosos e seus familiares, orientações e encaminhamentos para setores de atendimento / visitas domiciliares	75% dos idosos	2025-2029	Cadastramento dos usuários Visita domiciliar	PSF	Secretaria Municipal de Saúde.
Priorizar o atendimento da pessoa idosa com insuficiência respiratória grave DPOC, enfisema pulmonar, dentre outras enfermidades ao trato respiratório	Fornecer oxigenioterapia domiciliar	100% dos idosos atendidos	2025-2029	Cadastramento dos usuários	Equipe de enfermagem e PSF.	Secretaria Municipal de Saúde.
Atender a demanda que necessita de dietas	Fornecer suplemento alimentar (sustagem)					

especiais e suplementos alimentares.	para idosos portadores de enfermidades ou que estejam em risco nutricional		2025-2029			
Oferecer melhor qualidade de Atendimento à pessoa idosa	Agilidade nos encaminhamentos para especialidades; Ampliação da quantidade de exames oferecidos.	100 % de idosos atendidos	2025-2029	Redução da espera	Setor de agendamento.	Secretaria Municipal de Saúde.
Garantir a Informação à População Idosa através da divulgação dos Serviços e Rede de Atenção do Idoso	Informativos nas Unidades Básicas de Saúde.	Distribuição de informativos e colocação em locais de fácil acesso.	2025-2029	Transparência e acesso ao conhecimento	Secretaria Municipal de Saúde.	Secretaria Municipal de Saúde.
Facilitar o acesso a exames para idosos acamados.	Implantar a coleta de exames em domicílio, para idosos acamados.	100 % de idosos atendidos	2025-2029	Rapidez na coleta	Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde.

4.3 EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

OBJETIVO	AÇÃO	META	PRAZO DE EXECUÇÃO	MONITORAMENTO	RESPONSÁVEL	FONTE DE RECURSO
----------	------	------	-------------------	---------------	-------------	------------------

Ofertar atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer, adequando-as às características e necessidades população idosa .	Manter o projeto Anos Dourados oferecido do pelo CRAS.	75 idosos Procura e participação do Setor de Esporte e Cultura.	2025-2029	SMAS/ CRAS	SMAS/ CRAS	Piso Básico Fixo Recurso Livre
Incentivar cursos de Cuidadores de Idoso	Intermediar junto às instituições de ensino que ofertam esse curso para que seja realizado no município.	Buscar parcerias junto aos Institutos de Educação de Ensino Superior.	2025-2029	Acompanhamento de demanda	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Recurso Livre
Garantir informação da legislação previdenciária	Palestras orientadoras e confecção de material informativo.	Informar pré aposentados e aposentados	2025-2029	Relatório de divulgação. Relatório da presença dos idosos.	SMAS CMDPI	Piso Básico Fixo Incentivo Família Paranaense

VI - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Por tratar-se de um trabalho que integra as políticas públicas do município, a gestão municipal de Salto do Itararé nomeará um representante de cada secretaria municipal envolvida na implementação e execução do Plano Municipal de Direitos da Pessoa Idosa. O representante deverá acompanhar as atividades da política a qual faz parte, coletar e analisar dados em conformidade com as metas descritas no Plano de Ação, manter os registros das atividades previstas e apresentar relatório semestral para a apreciação da gestão municipal e do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa. Este Conselho, enquanto órgão permanente com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo tem suma importância no monitoramento e avaliação da política do idoso de Salto do Itararé, devendo sempre propor e acompanhar projetos que zelem o interesse da população idosa. Dentre suas competências, o Conselho acompanhará e avaliará a execução e aplicação dos recursos orçamentários destinados aos projetos decorrentes da Política Municipal do Idoso.